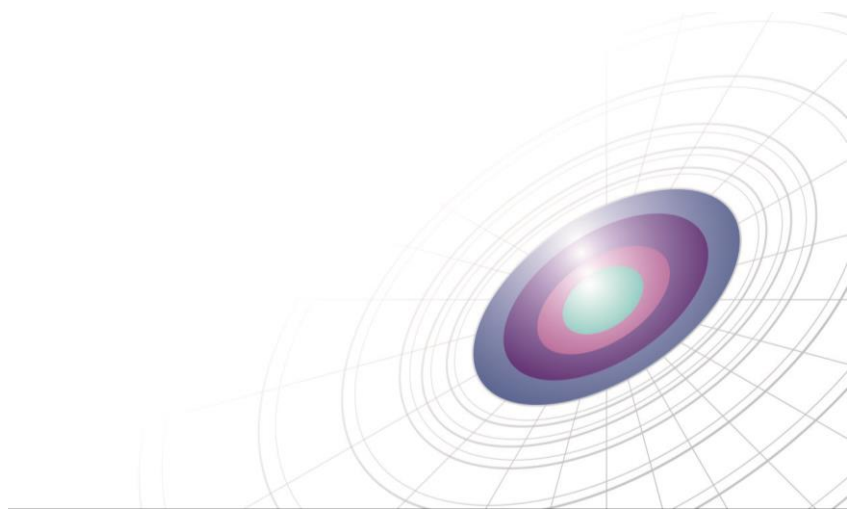


Relatório de Desempenho do Plano Estratégico 2015-2020

3ª Reunião de Avaliação da Estratégia

Período: Janeiro a Abril de 2016.





Sumário

1.	Apresentação	3
2.	Metodologia de Avaliação	4
3.	Plano Estratégico 2015-2020	6
4.	Plano de Gestão 2015/2017	11
4.1.	Mapa de Metas	12
	Meta 1 - Realizar dez ações para ampliação do acesso à justiça em todo o estado	14
	Meta 2 - Elaborar o Plano de Logística Sustentável em concordância com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e implantar no mínimo, as ações relativas a aquisições sustentáveis e o procedimento de descarte de resíduos e bens inservíveis.	17
	Meta 3 - Reduzir os processos pendentes de julgamento que tratam do desvio de recursos públicos e improbidade administrativa em, no mínimo, quantidade igual ao de distribuídos no período.....	21
	Meta 4 - Aprimorar os procedimentos de aquisição de materiais, bens e serviços, visando à redução do tempo de tramitação em 10%.....	23
	Meta 5 - Desenvolver mecanismos de inteligência para a identificação de situações de anormalidade na tramitação de processos judiciais e/ou administrativos.	25
	Meta 6 - Ampliar para 50% o número de processos eletrônicos em relação ao total de processos que são protocolizados.	27
	Meta 7 - Implantar critérios para a aferição da produtividade individual de magistrados e servidores da área fim, considerando às especificidades das diferentes unidades judiciárias.....	29
	Meta 8 - Ampliar em 100% o número de CEJUSCs em funcionamento.	31
	Meta 9 - Reduzir em 10% o quantitativo de casos novos de demandas repetitivas dos grandes litigantes.	33



Meta 10 - Implantar cinco ações de melhoria da gestão das execuções fiscais e cíveis.	35
Meta 11 - Realizar cinco ações para o aprimoramento da gestão da Justiça Criminal.	37
Meta 12 - Executar 100% do plano permanente de capacitação elaborado para a área fim.	40
Meta 13 - Conseguir 75% de adesão de magistrados e servidores ao programa de exames periódicos de saúde.	42
Meta 14 - Mapear 100% das competências dos cargos relacionados com as atividades finalísticas do poder judiciário. ..	44
Meta 15 - Mapear 75% das competências pessoais dos servidores relacionados com as atividades finalísticas do 1º grau.	46
Meta 16 - Reduzir em 10% o consumo global dos insumos utilizados.	48
Meta 17 - Alcançar no mínimo 75% de desempenho da estratégia proposta no plano de gestão 2015-2017.	51
Meta 18 - Executar 90% do orçamento estratégico alinhado às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.	53
Meta 19 - Promover cinco ações com a finalidade de melhorar a acessibilidade às informações do poder judiciário goiano.	55
Meta 20 - Elaborar o PETIC - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado à estratégia do TJGO 2015-2020 e alcançar desempenho mínimo de 75% das metas previstas para o biênio 2015-2017.	57
5. Metas Nacionais - 2016.	59
6. Considerações Finais	62



1. Apresentação

O Plano Estratégico 2015-2020 e o Plano de Gestão 2015-2017 foram lançados e aprovados por meio da Resolução nº 29 do TJGO, de 27 de maio de 2015. A cada quadrimestre é realizada uma Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE), com a finalidade de apresentar os resultados obtidos no período e traçar planos de ação ou definir medidas corretivas com o objetivo de melhorar o alcance das metas em situação crítica.

Transcorridos doze meses da publicação e execução da estratégia, apresentam-se neste relatório os resultados obtidos entre janeiro e abril de 2016, com o objetivo de divulgar e promover a análise do desempenho obtido, neste período, em relação à execução da estratégia proposta.




Neste relatório será apresentada a metodologia proposta para a avaliação dos objetivos estratégicos e metas; uma visão geral dos objetivos estratégicos definidos para o sexênio 2015-2020; análise e grau de cumprimento das 20 (vinte) metas estabelecidas no Plano de Gestão 2015-2017.

Para melhor entendimento dos itens apresentados, a SGE utilizou um sistema de cores e gráficos, conforme explicitado no item a seguir.







2. Metodologia de Avaliação

Para a avaliação do desempenho do Plano Estratégico do Poder Judiciário goiano, foram utilizados sinalizadores que constituem um método visual para representar a situação atual das metas previstas no Plano de Gestão 2015-2017 no que fiz respeito ao seu desempenho e expectativa de cumprimento.

Sinalizadores de Desempenho dos Indicadores e Metas (Qual o desempenho?)	
	Ideal
	Razoável
	Crítica

Para análise da expectativa de cumprimento das metas até dezembro de 2016, foi utilizado o seguinte critério:

Expectativa de Cumprimento		
	Excelente	Meta cumprida integralmente.
	Ideal	Desempenho alcançado dentro da faixa do nível ideal.
	Razoável	Resultado obtido dentro da faixa do nível razoável.
	Crítica	Meta encerrada em nível crítico.



Desta forma, será possível prever se as ações em execução auxiliarão no cumprimento integral das metas, ou se serão necessárias novas ações com o intuito de impulsionar o respectivo desempenho destas.

Para avaliar a execução das iniciativas estratégicas e seus impactos nos resultados das metas propostas no Plano de Gestão 2015-2017, foram utilizados dois tipos de classificação:

1) A situação da iniciativa estratégica:

Situação das Iniciativas Estratégicas	
A iniciar	A iniciativa não possui planejamento.
Em Execução	A iniciativa já foi planejada e suas atividades estão em execução.
Concluído	A iniciativa foi planejada, todas as atividades foram concluídas e o resultado final foi entregue conforme previsto.
Cancelado	A iniciativa foi cancelada a pedido do responsável/ gerente de projeto.
Ação continuada	São as iniciativas que já são executadas ao longo do tempo e entregam serviços periodicamente à sociedade.

2) O impacto das iniciativas estratégicas propostas:

Impacto das Iniciativas Estratégicas	
Alto	A iniciativa que gera impacto direto sobre o indicador de desempenho da meta.
Baixo	A iniciativa que não gera impacto direto sobre o indicador de desempenho da meta.



Neste relatório adotou-se como determinante analisar detalhadamente todas as metas do Plano de Gestão 2015-2017. Para as metas cujo desempenho foi considerado crítico ou razoável, foram identificados os pontos críticos e as ações necessárias a serem realizadas, com o fito de alavancar o cumprimento dessas metas.

3. Plano Estratégico 2015-2020

No Plano Estratégico 2015-2020 foram definidos 15 objetivos estratégicos, com 18 indicadores de desempenho, visando o acompanhamento no longo prazo da estratégia proposta.

A tabela a seguir apresenta os objetivos estratégicos com seus indicadores vinculados e os resultados mensurados, quando da elaboração do Plano Estratégico (linha de base) e os resultados obtidos ao longo de sua execução. Quando o desempenho mensurado é inferior ao apontado na linha de base, o resultado é tarjado na cor vermelha, ao passo que, se o desempenho obtido for superior ao inicialmente medido, o resultado está grafado na cor verde.



Objetivo Estratégico	Área Responsável	Indicador	Linha de Base	1ª RAE	2ª RAE	3ª RAE
Objetivo 1 Fortalecer a atuação do poder judiciário em todas as localidades do estado de Goiás, universalizando o acesso à justiça, garantindo equidade no atendimento à sociedade.	Presidência	Índice de satisfação dos usuários da justiça	70,4%	70,4%	70,4%	70,4%
		Índice de confiança no Poder Judiciário	52,5%	52,5%	52,5%	52,5%
Objetivo 2 Internalizar os conceitos de responsabilidade socioambiental, fomentando ações institucionais com vistas ao adequado exercício da cidadania.	Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental	Índice de atendimento aos requisitos da resolução nº 201/2015 do CNJ	0%	33,3%	33,3%	53,8%
Objetivos 3 Priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade administrativa.	Presidência/Corregedoria-Geral da Justiça	Taxa de congestionamento das ações de improbidade Administrativa e combate à corrupção	88,3%	89,6%	85,8%	86,6%
Objetivo 4 Aperfeiçoar os mecanismos de controle e fiscalização do uso dos recursos públicos, bem como a prevenir desvios de conduta no âmbito do Poder Judiciário.	Presidência/Corregedoria-Geral da Justiça	Índice de casos novos relacionados aos processos administrativos disciplinares	100%	68,5%	72,8%	72,8%
Objetivo 5 Desburocratizar os procedimentos de trabalho e investir na permanente modernização dos sistemas de tramitação processual, propiciando maior agilidade nos trâmites judiciais e o consequente aumento na produtividade de magistrados e servidores.	Presidência/Corregedoria-Geral da Justiça	Taxa de congestionamento	61,1%	62%	62,9%	63%
		Índice de produtividade dos magistrados (IPM)	1.987	1.929	1.867	1.853
		Índice de produtividade dos servidores (IPS)	137	128,73	125	120



Objetivo Estratégico	Área Responsável	Indicador	Linha de Base	1ª RAE	2ª RAE	3ª RAE
Objetivo 6 Fomentar a adoção dos meios extrajudiciais para a resolução negociada de conflitos	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	Índice de impacto de conciliação Pré-Processual	6,8%	7,8%	15,5%	17,9%
Objetivo 7 Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes, visando a redução da taxa de congestionamento.	Presidência/ Núcleo de Enfrentamento das Demandas Repetitivas e Complexas – Programa Acelerar	Taxa de congestionamento dos processos relacionados às demandas repetitivas e dos grandes litigantes	83,2%	83,1%	80,4%	83,3%
Objetivo 8 Adotar mecanismos tempestivos que impulsionem a efetividade das execuções fiscais e cíveis.	Presidência/ Núcleo de Enfrentamento das Demandas Repetitivas e Complexas – Programa Acelerar	Taxa de congestionamento das execuções fiscais e cíveis	79,4%	80,3%	80,7%	81,5%
Objetivo 9 Coordenar ações e melhorias no âmbito da justiça criminal com o intuito de minimizar a sensação de impunidade e insegurança social.	Presidência/ Corregedoria-Geral da Justiça	Índice de execução de penas não privativas de liberdade	31,1%	35%	41,5%	35,4%
Objetivo 10 Desenvolver o potencial humano, mantendo o equilíbrio entre o trabalho, a saúde e a vida pessoal.	Diretoria de Recursos Humanos	Índice de clima organizacional	69,3%	69,3%	69,3%	69,3%
Objetivo 11 Promover o alinhamento entre as necessidades da organização, no cumprimento de sua missão institucional, com o desenvolvimento profissional dos servidores.	Diretoria de Recursos Humanos	Índice de competências mapeadas	0%	0%	0%	0%

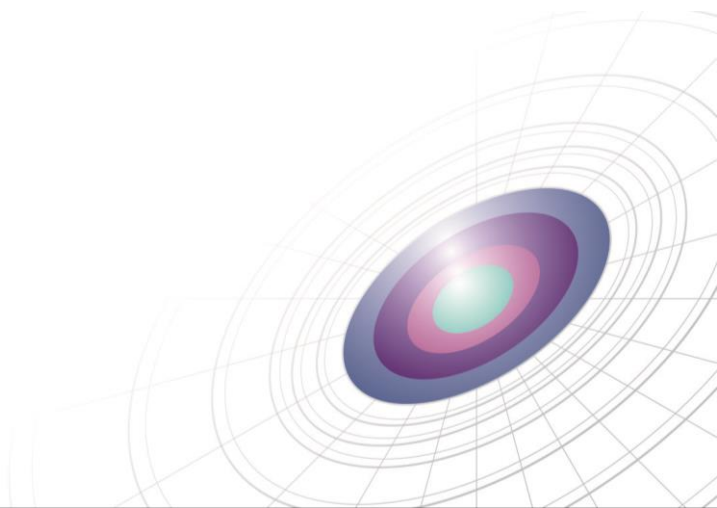


Objetivo Estratégico	Área Responsável	Indicador	Linha de Base	1ª RAE	2ª RAE	3ª RAE
Objetivo 12 Garantir a economicidade dos recursos por meio do aperfeiçoamento dos processos de aquisição e utilização de materiais, bens e serviços e da melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional.	Diretoria-Geral	Índice de Eficiência Operacional	R\$ 1.147,40	R\$ 1.147,40	R\$ 1.147,40	R\$ 1.320,42
Objetivo 13 Disseminar a cultura de gestão estratégica, promovendo a participação de magistrados e servidores na elaboração e execução da estratégia do poder judiciário goiano.	Secretaria de Gestão Estratégica	Índice de maturidade em Gestão Estratégica	51%	51%	51%	51%
Objetivo 14 Fomentar a acessibilidade às informações, visando à participação da sociedade no controle social dos resultados do poder judiciário goiano.	Secretaria de Gestão Estratégica	Índice de satisfação dos usuários em relação a acessibilidade às informações	62,1%	62,1%	62,1%	62,1%
Objetivo 15 Aumentar a maturidade em Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, visando ao aprimoramento dos processos e à entrega de serviços de TIC com qualidade e eficiência.	Diretoria-Geral/ Diretoria de Informática	Índice de Governança de TI (iGovTI)	0	0,30	0,30	0,30



tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
PRESIDÊNCIA
Secretaria de Gestão Estratégica - SGE





4. Plano de Gestão 2015/2017

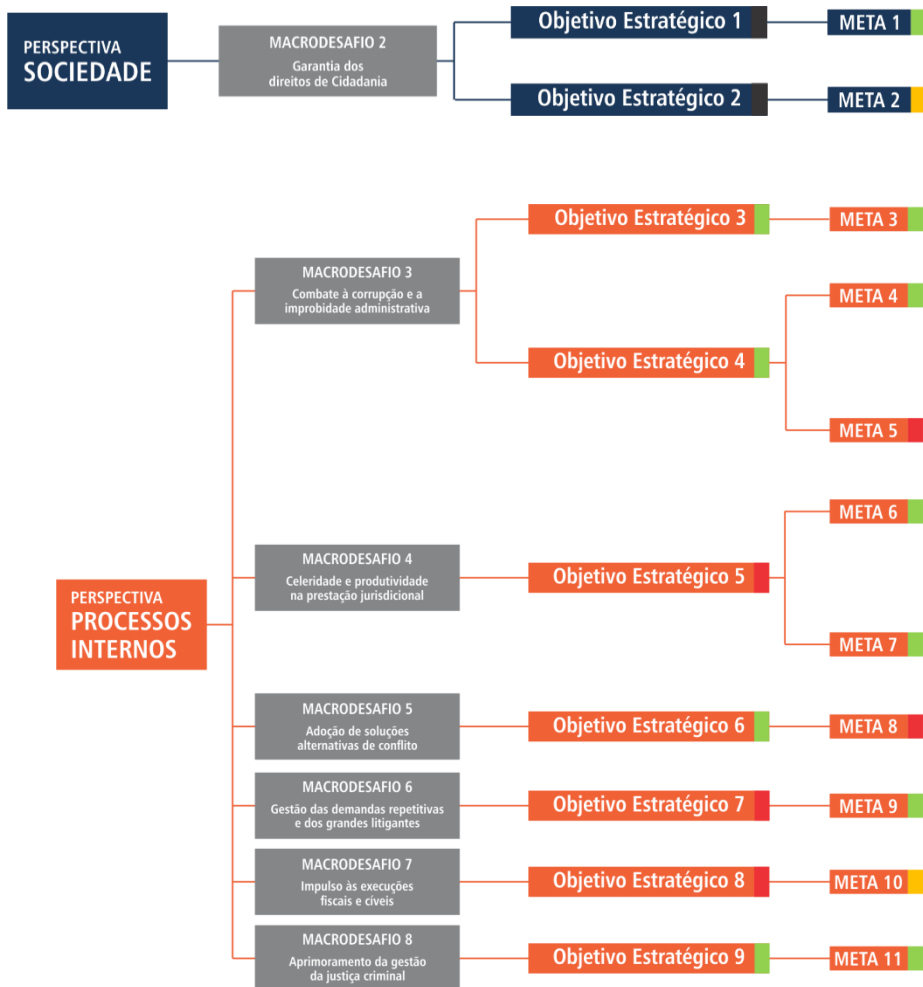
Foram estabelecidas vinte metas para o Plano de Gestão 2015-2017, distribuídas em três perspectivas e alinhadas aos objetivos estratégicos e, conseqüentemente, aos macrodesafios propostos para a estratégia do Judiciário 2015-2020, conforme apresentado no Mapa de Metas do referido plano.

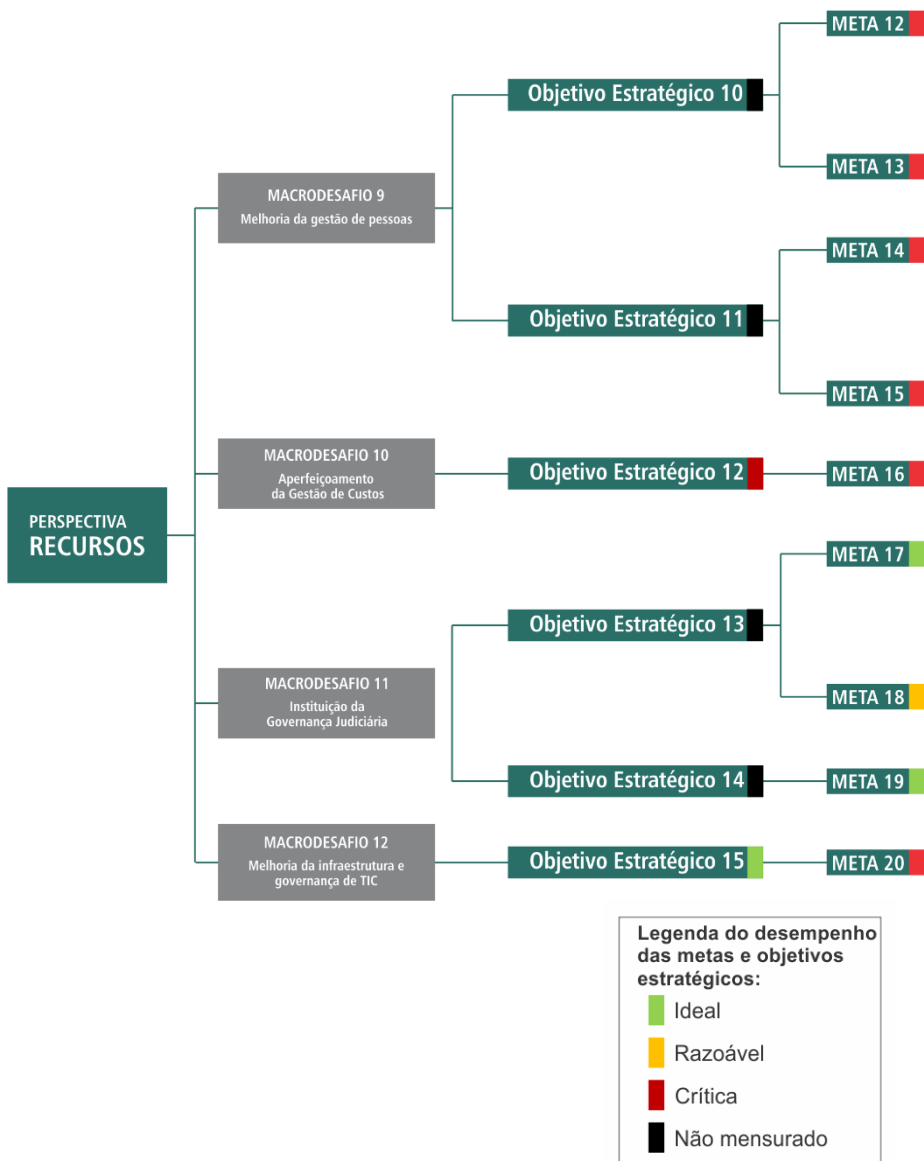
O Mapa de Metas apresenta resumidamente o que se pretende realizar ao longo da gestão. Esse mapa foi elaborado considerando as três perspectivas adotadas pelo Poder Judiciário para o delineamento de sua estratégia: a perspectiva Recursos, Processos Internos e Sociedade.

A seguir apresenta-se, por meio do Mapa de Metas, a situação de cada uma das metas e objetivos estratégicos, decorridos os primeiros doze meses de execução da estratégia.



4.1. Mapa de Metas





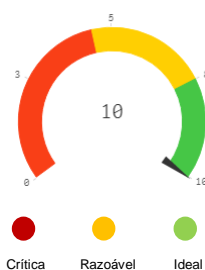


Meta

1

Realizar dez ações para ampliação do acesso à justiça em todo o estado

Responsável da Meta: Presidência



Expectativa de Cumprimento
até dezembro de 2016

Excelente

Análise de Desempenho

Esta meta tem como finalidade a realização de ações específicas que visem a facilitar o acesso dos cidadãos à Justiça em todo o Estado, por meio de diversos projetos, com o intuito de fortalecer a confiança da sociedade no Poder Judiciário.

A referida meta já está cumprida. Das onze iniciativas elencadas, dez foram contabilizadas. Ressalta-se que a iniciativa “*Carta de Serviços ao Cidadão*” não foi ainda contabilizada para a mensuração desta meta, visto que ainda está em execução.

Pontos Críticos

1. Não identificado.

Ações Necessárias

1. Acompanhar as ações que estão em execução.



Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação das iniciativas estratégicas que possuem impacto direto no cumprimento da meta.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Adoção Especial	Corregedoria-Geral da Justiça	Em execução
Amparando Filhos	Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental	Ação continuada
Audiências Públicas	Corregedoria-Geral da Justiça	Ação continuada
Certidão de Óbito nos Hospitais Públicos	Corregedoria-Geral da Justiça	Em execução
Justiça Ativa	Presidência	Em execução
Justiça Educacional	Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental	Ação continuada
Programa Acelerar – Coord. de Litígios de Natureza Previdenciária	Presidência	Ação continuada
Programa Pai Presente	Corregedoria-Geral da Justiça	Ação continuada
Semana Nacional de Conciliação	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	Ação continuada
Sistema Eletrônico de Registro Civil de Nascimento em Maternidade	Corregedoria-Geral da Justiça	Em execução



Iniciativas com Baixo Impacto

As iniciativas elencadas a seguir já foram concluídas ou possuem baixo ou nenhum impacto para o desempenho da meta. Ou seja, caso não sejam executadas o índice obtido no indicador, não sofrerá impactos negativos.

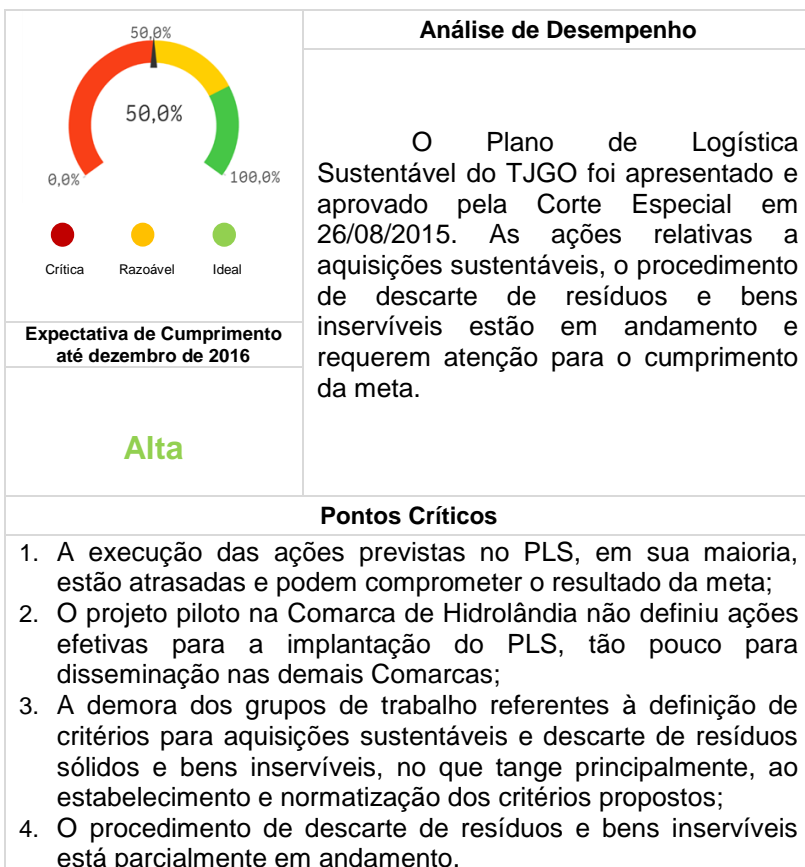
Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Carta de Serviços ao Cidadão	Diretoria de Gestão da Qualidade	Em execução



Meta 2

Elaborar o Plano de Logística Sustentável em concordância com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e implantar no mínimo, as ações relativas a aquisições sustentáveis e o procedimento de descarte de resíduos e bens inservíveis.

Responsável da Meta: Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental








Ações Necessárias

1. Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental - Definir, ponto a ponto, formas de implementação das ações previstas no PLS e aplicá-las;
2. Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental - Elaborar relatório de desempenho do projeto piloto na Comarca de Hidrolândia, a fim de identificar os resultados obtidos, pontos críticos e oportunidades de melhoria para disseminação do PLS nas demais Comarcas;
3. Sobre a implantação de critérios para aquisições sustentáveis e descarte de bens inservíveis e resíduos sólidos:
 - a) Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental - Promover reuniões de alinhamento entre as áreas administrativas da Secretaria do TJGO e o Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental visando dar andamento as ações para definição dos critérios para aquisições sustentáveis;
 - b) Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental e Grupo de Trabalho - Definir quais os bens inservíveis e resíduos sólidos que serão abrangidos pelo procedimento;
 - c) Presidência - Proceder a normatização dos procedimentos.
4. Diretoria-Geral: Priorizar a tramitação do processo nº 5537584, que tem por objeto a elaboração de termo de cooperação técnica para descarte de resíduos sólidos e coleta seletiva de lixo da Comarca de Goiânia;
5. Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental – Entrar em contato com a cooperativa de Luziânia a fim de verificar a pendência da certidão a fim de compor o processo nº 5676355;
6. Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental - Elaborar Relatório de Desempenho do ano de 2015 do Plano de Logística Sustentável (PLS).



Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação das iniciativas estratégicas que possuem impacto direto no cumprimento da meta. Todas as iniciativas estão em estado de alerta, e requerem atenção em sua execução para que a meta possa ser alcançada.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação	Ponto de Atenção
 Destinação dos Resíduos Sólidos	Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental	Em execução	Assinatura do termo de cooperação técnica com cooperativa de Goiânia (processo nº 5537584) Assinatura do termo de cooperação técnica com cooperativa de Luziânia (processo nº 5676355)
 Descarte de Bens Inservíveis	Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental	Em execução	Aguardando a nomeação do grupo de trabalho para início das definições das diretrizes a serem adotadas para o descarte de bens inservíveis.
 Definição e implantação de critérios de Aquisições Sustentáveis	Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental	A iniciar	Aguardando a nomeação do grupo de trabalho para definição dos critérios das aquisições sustentáveis, para que possa dar início aos trabalhos.



Iniciativas com Baixo Impacto

As iniciativas elencadas a seguir já foram concluídas ou possuem impacto baixo para o desempenho da meta. Ou seja, caso não sejam executadas o índice obtido no indicador, não sofrerá impactos negativos.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Modernizar os Arquivos Judiciais	Comissão Gestão Documental	Em execução
Plano de Logística Sustentável (PLS)	Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental	Concluído



Meta
3

Reduzir os processos pendentes de julgamento que tratam do desvio de recursos públicos e improbidade administrativa em, no mínimo, quantidade igual ao de distribuídos no período.

Responsável da Meta: Presidência / Corregedoria-Geral da Justiça

Análise de Desempenho	
 <p>Expectativa de Cumprimento até dezembro de 2016</p> <p>Alta</p>	<p>Esta meta possui apenas uma iniciativa estratégica vinculada, o Programa Acelerar – Coordenadoria de Improbidade Administrativa e Combate à Corrupção, que vem desempenhando atividades voltadas para a promoção das correções dos processos que foram classificados no Sistema Judicial Eletrônico de forma errônea como improbidade administrativa e crimes contra a administração pública.</p> <p>A estratégia para este ano continuar com o trabalho supramencionado, bem como realizar uma ação de orientação e sensibilização do protocolo judicial sobre a correta classificação dos processos.</p>
	Pontos Críticos
	<ol style="list-style-type: none">1. Cadastramento das ações no protocolo judicial de forma errônea, informando a natureza da ação como sendo de improbidade administrativa, quando na verdade não são processos relativos a temática;2. Averiguação do acervo pelos Magistrados, para identificar as inconsistências e priorizar o julgamento dos processos incluídos na meta.



Ações Necessárias

1. Coordenadoria de Improbidade Administrativa - Orientar os Protocolos Judiciais sobre a correta classificação dos processos judiciais;
2. Coordenadoria de Improbidade Administrativa
 - a) Dar continuidade ao trabalho de avaliação dos processos, com prioridade para os processos incluídos na meta nacional do CNJ (Meta 4);
 - b) Encaminhar ofício circular aos magistrados, orientando o acesso ao sistema de metas (SGE-Corporativo) com o objetivo de informar se os processos do acervo da Comarca/Vara são de improbidade administrativa ou se enquadram nos crimes contra a administração pública;
 - c) Averiguar, junto a Diretoria de Informática, se o novo sistema de Processo Eletrônico Judicial utilizará as tabelas processuais unificadas do CNJ (Resolução nº 46/2007);
 - d) Implantar portaria para a priorização da tramitação dos processos de improbidade administrativa nas unidades judiciárias.

Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação das iniciativas estratégicas que possuem impacto direto no cumprimento da meta.

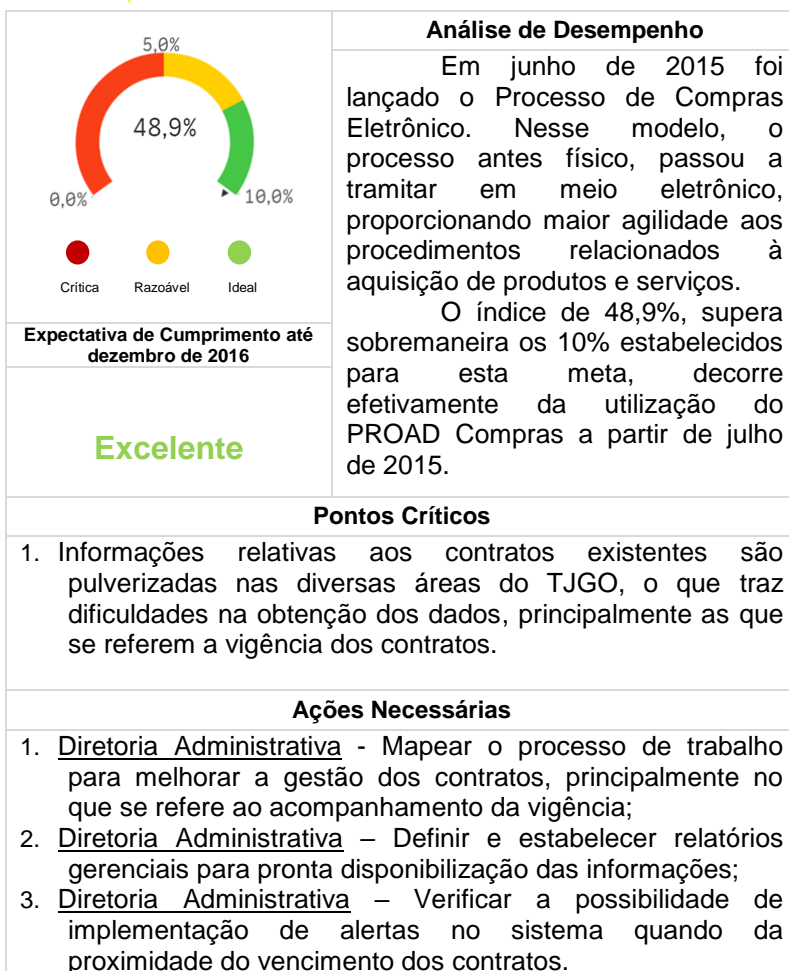
Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Programa Acelerar – Coord. de Improbidade Administrativa e Combate à Corrupção	Presidência	Em execução



Meta
4

Aprimorar os procedimentos de aquisição de materiais, bens e serviços, visando à redução do tempo de tramitação em 10%.

Responsável da Meta: Diretoria Administrativa





4. Diretoria-Geral / Diretoria de Informática - Adotar tabela de “assuntos” no sistema PROAD, conforme tabela de temporalidade de documentos administrativos;
5. Diretoria-Geral - Regularizar procedimentos de arquivamento dos processos administrativos eletrônicos.

Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação da iniciativa estratégica que possuem impacto direto no cumprimento da meta. Destaca-se que as iniciativas relacionadas com a Meta 4 possuem impacto direto no Objetivo Estratégico 12.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Repactuação e adequação dos contratos existentes	Diretoria Administrativa	Em execução

Iniciativas com Baixo Impacto

As iniciativas elencadas a seguir já foram concluídas ou possuem baixo ou nenhum impacto para o desempenho da meta. Ou seja, caso não sejam executadas o índice obtido no indicador, não sofrerá impactos negativos.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Processo Eletrônico de Compra	Diretoria Administrativa	Concluído
Plano de Atuação do Controle Interno	Controle Interno	Ação continuada



**Meta
5**

Desenvolver mecanismos de inteligência para a identificação de situações de anormalidade na tramitação de processos judiciais e/ou administrativos.

Responsável da Meta: Diretoria de Gestão da Informação / Controle Interno

Análise de Desempenho	
<p>A proposta desta meta é utilizar os recursos disponíveis de tecnologia da informação para fazer cruzamento de dados que possibilitem identificar anormalidades nos trâmites processuais e/ou administrativos, visando a assegurar o correto andamento dos feitos, em conformidade com os princípios formadores da Administração Pública.</p> <p>No que se refere ao mecanismo para os processos judiciais está em desenvolvimento das atividades que devem ser concluídas no final do 1º Semestre de 2016. Em relação ao mecanismo para os processos administrativos, será feita uma parceria entre o Controle Interno deste Poder e a Controladoria Geral da União (CGU) a fim de obter o cruzamento dos dados dos processos de aquisições.</p>	
Expectativa de Cumprimento até dezembro de 2016	
Alta	
Pontos Críticos	
<p>1. Projetos sob a responsabilidade da Diretoria de Gestão da Informação - SGE precisam ser concluídos para alavancagem desta meta.</p>	




Ações Necessárias

1. Diretoria de Gestão da Informação – Concluir a iniciativa estratégica denominada “*Data Warehouse*”;
2. Controle Interno e Diretoria de Gestão da Informação - Definir se além dos dados citados pelo Controle Interno em reunião realizada dia 18/05/2016, sendo eles: tipo de aquisição, objeto, área demandante, frequência, fornecedor e valor, se ainda serão necessárias outras informações para compor o mecanismo de identificação de situações de anormalidade na tramitação de processos de aquisição;
3. Diretoria de Informática – Fornecer acesso aos dados relativos aos processos em tramitação no PROAD, conforme solicitação do Ofício nº03/2016-DGI.

Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação das iniciativas estratégicas que possuem impacto direto no cumprimento da meta.

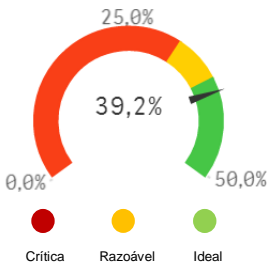
Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação	Ponto de Atenção
<i>Data Warehouse</i>	Diretoria de Gestão da Informação	Em execução	Concluir atividades que estão em execução.
 Sistema de Controle de Andamento Processual	Diretoria de Gestão da Informação	Em execução	Concluir a iniciativa “ <i>Data Warehouse</i> ”.



Meta
6

Ampliar para 50% o número de processos eletrônicos em relação ao total de processos que são protocolizados.

Responsável da Meta: Corregedoria-Geral da Justiça / Diretoria de Informática

 <p>Expectativa de Cumprimento até dezembro de 2016</p> <p>Alta</p>		Análise de Desempenho <p>Em julho de 2015, a proposta desse sistema unificado foi apresentada aos juizes da capital. A iniciativa é da Comissão de Informatização do TJGO, presidida pela desembargadora Amélia Martins de Araújo e validada pelo atual presidente do TJGO – Des. Leobino Valente Chaves.</p> <p>O cronograma previsto para a implantação do novo sistema contempla duas macros etapas: até julho de 2016 as varas de Fazenda Pública da Comarca de Goiânia e até final de agosto de 2016 as varas cíveis da mesma Comarca.</p> <p>A meta requer atenção para que a implantação seja concluída até o final de 2016.</p>
Pontos Críticos		
<ol style="list-style-type: none">1. Digitalização dos processos em tramitação nas Varas Cíveis;2. Conclusão do desenvolvimento do novo Sistema Judicial Eletrônico.		
Ações Necessárias		
<ol style="list-style-type: none">1. <u>Diretoria do Foro da Comarca de Goiânia</u> e <u>Diretoria de Informática</u> - Acompanhar o processo de digitalização dos processos, nas diversas frentes de trabalho que foram		



abertas;

2. Diretoria de Informática - Priorizar as atividades de correção das inconsistências, identificadas na migração dos processos digitalizados para o sistema, para não impactar na tramitação do processo;
3. Diretoria do Foro da Comarca de Goiânia e Diretoria de Informática - Identificar os processos que não foram digitalizados, após encerramento da digitalização da unidade judiciária, a fim de verificar a real motivação da sua não digitalização e/ou localização dos processos;
4. Corregedoria-Geral da Justiça – Homologar no Novo Processo Judicial Eletrônico o módulo de guias iniciais e complementares;
5. Diretoria de Informática – Concluir a interface (visual externo do sistema) até agosto de 2016, para não comprometer cronograma do projeto;
6. Diretoria de Informática – Acompanhar o cumprimento do cronograma de desenvolvimento do novo Sistema Judicial Eletrônico, que será utilizado nas varas cíveis.

Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação da iniciativa estratégica “Processo Judicial Eletrônico” que possuem impacto direto no cumprimento da meta. A iniciativa estratégica está em estado de alerta, pois é necessário que o cronograma do desenvolvimento do sistema seja cumprido para o sucesso do desempenho da meta.

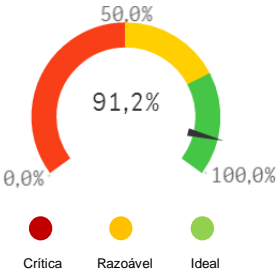
Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
 Processo Judicial Eletrônico	Diretoria de Informática	Em execução



Meta
7

Implantar critérios para a aferição da produtividade individual de magistrados e servidores da área fim, considerando às especificidades das diferentes unidades judiciárias.

Responsável da Meta: Secretaria de Gestão Estratégica

 <p>Expectativa de Cumprimento até dezembro de 2016</p>	<p>Análise de Desempenho</p> <p>O propósito desta meta é definir critérios e métodos que propiciem a mensuração da produtividade individual de magistrados e de servidores, com o intuito de aferir o desempenho e a eficiência dos serviços prestados pelo Judiciário goiano à sociedade.</p> <p>Para a definição dos critérios de aferição da produtividade individual de magistrados e servidores foram levadas em consideração as Resoluções nº 76/2009, nº 184/2013 e nº 219/2016, ambas do CNJ. Nesse sentido, foram definidos 34 critérios de produtividade dos quais 31 já estão implantados no âmbito do Poder Judiciário goiano.</p>
<p>Pontos Críticos</p>	
<p>1. Conclusão da iniciativa estratégica “Data Warehouse” para a obtenção de todas as informações necessárias.</p>	
<p>Ações Necessárias</p>	
<p>1. <u>Diretoria de Gestão da Informação</u></p> <ul style="list-style-type: none">a) Consolidar resultados de produtividade e apresentar para Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça;b) Definir forma de disponibilização da informação;c) Estabelecer um plano de comunicação efetivo;	



2. Diretoria de Gestão da Qualidade

- a) Concluir planejamento da iniciativa estratégica “Sistema de Gestão Judiciária”.

Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação das iniciativas estratégicas que possuem impacto direto no cumprimento da meta.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Implantar critérios - Resolução nº 184/2013	Diretoria de Gestão da Informação	Em execução
Desempenho das Unidades Judiciárias	Secretaria de Gestão Estratégica	Em execução

Iniciativas com Baixo Impacto

As iniciativas elencadas a seguir possuem baixo ou nenhum impacto na meta. Ou seja, caso não sejam executadas ou já estejam como concluídas ou ação continuada, o índice obtido no indicador não sofrerá impactos negativos.

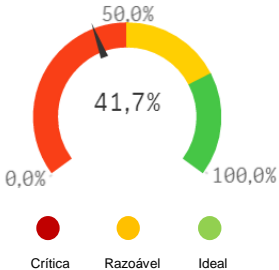
Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Programa Modernizar	Diretoria de Gestão da Qualidade	Cancelado
Aperfeiçoamento dos procedimentos internos	Diretoria de Gestão da Qualidade	Em execução



Meta
8

Ampliar em 100% o número de CEJUSCs em funcionamento.

Responsável da Meta: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos


 <p>Expectativa de Cumprimento até dezembro de 2016</p>	<p>Análise de Desempenho</p> <p>Até abril de 2016, marco para a elaboração deste relatório, foram instalados 10 novos CEJUSCs, totalizando 34 que estão em pleno funcionamento de suas atividades.</p> <p>Entretanto a meta estabelecida, que prevê o funcionamento de 48 novos CEJUSCs neste biênio. Em maio foram instalados mais 2 CEJUSCs que serão contabilizados no próximo relatório de desempenho, tendo em vista que a 3ª RAE compreende o período de janeiro a abril de 2016. Para o cumprimento desta meta ainda é necessário a instalação de 14 novos CEJUSCs, os quais já há processos em tramitação requerendo maior celeridade.</p>
Pontos Críticos	
<ol style="list-style-type: none">1. Faltam instalar 14 CEJUSCs para cumprir o índice estabelecido para a meta;2. Atendimento às necessidades dos novos CEJUSCs em relação a infraestrutura (equipamentos de informática e mobiliário).	
Ações Necessárias	
<ol style="list-style-type: none">1. <u>NUPEMEC</u> – Acompanhar o retorno das férias dos magistrados das Comarcas de Cristalina, Itaberaí e Iporá	



- para a inauguração dos CEJUSCs;
2. Diretoria Administrativa e Diretoria de Informática – Disponibilizar mobiliário e/ou equipamento de informática para os novos CEJUSCs das Comarcas de Guapó, Anápolis, Corumbá e Aragarças para posterior inauguração;
 3. Diretoria-Geral – Priorizar a elaboração da minuta do Termo de Cooperação para instalação do 7º CEJUSC da Comarca de Goiânia (Faculdade Alfa) pleito constante no processo nº 4093046;
 4. Presidência – Elaborar e publicar decreto judiciário de instalação dos novos CEJUSCs das Comarcas de Morrinhos e Quirinópolis;
 5. NUPEMEC e Prefeitura de Goiânia – Disponibilizar servidores da Prefeitura para serem alocados no CEJUSC da Execução Fiscal Municipal da Comarca de Goiânia que será instalado na sala 190 do Fórum Heitor Moraes Fleury. NUPEMEC proceder o treinamento dos servidores supramencionados, para posteriormente inauguração do CEJUSC.
 6. NUPEMEC – Solicitar do magistrado (a) da Comarca de Vianópolis a manifestação oficial do interesse em relação a instalação do CEJUSC na referida Comarca;

Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação das iniciativas estratégicas que possuem impacto direto no cumprimento da meta. As iniciativas estratégicas estão em estado de alerta, pois é necessário o cumprimento integral das pendências identificadas para a consecução do resultado almejado.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação	Ponto de Atenção
 Ampliação dos CEJUSCs	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	Em execução	Instalação de 14 novos CEJUSCs.



Meta
9

Reduzir em 10% o quantitativo de casos novos de demandas repetitivas dos grandes litigantes.

Responsável da Meta: Núcleo de Enfrentamento das Demandas Repetitivas e Complexas - Programa Acelerar

Expectativa de Cumprimento até dezembro de 2016	
Excelente	
Análise de Desempenho	
<p>Uma das iniciativas estratégicas vinculada a esta meta é o Programa Acelerar – Coordenadoria de Demandas Repetitivas, que vem desempenhando atividades voltadas para a celeridade e eficiência na tramitação processual das ações repetitivas, buscando a otimização dos recursos físicos e humanos.</p> <p>Das ações que estão sendo desenvolvidas destaca-se a alta adesão das empresas a citação eletrônica, normatizada pelo Provimento nº13/2015 da CGJ-GO e cuja atividade de gerenciamento dos pleitos é realizada pelo Programa Acelerar.</p>	
Pontos Críticos	
1. Não identificado.	
Ações Necessárias	
1. <u>Secretaria de Gestão Estratégica e Coordenadoria de Demandas Repetitivas</u> - Acompanhar por meio de sistema estatístico a evolução dos casos novos de demandas repetitivas dos grandes litigantes no Poder Judiciário goiano;	



2. Coordenadoria de Demandas Repetitivas - Promover o acompanhamento do processo nº 5675561, que versa sobre a adesão do Tribunal de Justiça de Goiás ao Termo de Cooperação Técnica nº 020/2014, celebrado entre o CNJ e o SERASA S.A. termo de cooperação entre TJGO e SERASA.

Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação das iniciativas estratégicas que possuem impacto direto no cumprimento da meta.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Programa Acelerar – Coord. Demandas Repetitivas	Presidência	Em execução

Iniciativas com Baixo Impacto

As iniciativas elencadas a seguir já foram concluídas ou possuem baixo ou nenhum impacto para o desempenho da meta. Ou seja, caso não sejam executadas o índice obtido no indicador, não sofrerá impactos negativos.


Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Sistema de Gestão das Ações Repetitivas e Grandes Litigantes	Diretoria de Gestão da Informação	Concluído
Dia Estadual de Julgamentos Colegiados	Corregedoria-Geral da Justiça	Ação continuada
Data Warehouse	Diretoria de Gestão da Informação	Em execução



Meta
10

Implantar cinco ações de melhoria da gestão das execuções fiscais e cíveis.

Responsável da Meta: Núcleo de Enfrentamento das Demandas Repetitivas e Complexas - Programa Acelerar

 <p>Crítica Razoável Ideal</p>	<p>Análise de Desempenho</p> <p>Já foram contabilizadas para esta meta as ações: 1) implantação da Guia Única de Recolhimento em Goiânia; 2) alteração da competência da 3ª Vara da fazenda Pública Estadual para somente execução fiscal estadual; e 3) Mutirão de Negociação Fiscal da Prefeitura de Goiânia realizado entre os dias 28/09/15 a 09/10/15.</p> <p>Para o cumprimento desta meta, resta a realização de uma ação voltada para as execuções cíveis e acompanhamento da “Reestruturação dos procedimentos de trabalho da 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Goiânia” (Vara única de Execução Fiscal Municipal).</p>
<p>Expectativa de Cumprimento até dezembro de 2016</p> <p>Alta</p>	
Pontos Críticos	
<ol style="list-style-type: none">1. Implantar ação voltada para as execuções cíveis;2. Reestruturação dos procedimentos de trabalho e digitalização da 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Goiânia;	
Ações Necessárias	
<ol style="list-style-type: none">1. <u>Programa Acelerar</u> - Editar Resolução nº 44/2015 do TJGO para que a Coordenadoria de Execução Fiscal passe a ser Coordenadoria de Execução Fiscal e Cível, objetivando a coordenação de ações sobre as execuções cíveis;	



2. Coordenadoria de Execução Fiscal:
 - a) Acompanhar a digitalização do acervo da 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Goiânia, que possui previsão de conclusão para julho de 2016;
 - b) Acompanhar as ações em desenvolvimento para a implantação do projeto na Comarca de Aparecida de Goiânia.
3. Coordenadoria de Execução Fiscal e Diretoria de Informática - Sanar dúvidas, em relação ao webservice entre TJGO e Prefeitura de Goiânia, sobre a informação dos processos com débitos já pagos, inclusive sobre parcelamento;
4. Coordenadoria de Execução Fiscal e Juíza 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Goiânia - Verificar a possibilidade de realizar mutirão interno na 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Goiânia para a baixa dos processos que constarem com guia paga.

Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação das iniciativas estratégicas que possuem impacto direto no cumprimento da meta.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Programa Acelerar – Coord. Execução Fiscal	Presidência	Em execução

Iniciativas com Baixo Impacto

As iniciativas elencadas a seguir já foram concluídas ou possuem baixo ou nenhum impacto para o desempenho da meta. Ou seja, caso não sejam executadas o índice obtido no indicador, não sofrerá impactos negativos.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Implantação de Varas de Execução Fiscal	Presidência	Concluído



**Meta
11**

Realizar cinco ações para o aprimoramento da gestão da Justiça Criminal.

Responsável da Meta: Presidência / Corregedoria-Geral da Justiça

<p>Crítica Razoável Ideal</p>	Análise de Desempenho
	<p>A meta está cumprida desde dezembro de 2015. Foram contabilizadas para esta meta as ações: 1) Inspeções nos presídios do Estado de Goiás; 2) Realizado entre 17 e 18 de setembro de 2015 o Workshop da Justiça Criminal; 3) Criação do grupo denominado “Gestão do Sistema Prisional” no WhatsApp; 4) Audiências de Custódia; 5) Publicação da Portaria 167/2015 da CGJ: Dispõe sobre a criação do Colégio de Juízes da Execução Penal do Estado de Goiás; e 6) Semana Nacional do Júri.</p>
Expectativa de Cumprimento até dezembro de 2016	
Excelente	
Pontos Críticos	
1. Projeto Justiça Restaurativa, incluído como meta nacional do CNJ para o ano de 2016;	
Ações Necessárias	
1. <u>Secretaria de Gestão Estratégica</u> - Apoiar a elaboração do projeto Justiça Restaurativa;	
2. Em reunião realizada com o Dr. Romério do Carmo Cordeiro (Juiz Auxiliar da Presidência) o projeto terá duas vertentes: uma do Juizado da Infância e Juventude e outra para atender a meta que visa o encontro entre as partes – MVO Mediação Vitima-Ofensor.	
3. Sobre a vertente do Juizado da Infância e Juventude, temos:	
a) <u>Diretoria de Planejamento</u> - Sanar as pendências apresentadas no processo nº 5538238;	
b) <u>EJUG e Diretoria-Geral</u> - Priorizar o processo nº 5538238	




sobre a capacitação “Círculos de Justiça Restaurativa e de Construção da Paz”.

4. Sobre a vertente que visa o encontro entre as partes – MVO Mediação Vitima-Ofensor, temos:

- a) Juiz Auxiliar da Presidência - Dr. Romério do Carmo Cordeiro solicitará junto ao NUPEMEC para que eles façam o contato no TJDFT para dar início às atividades relativas à aquisição do curso para os mediadores contendo duas temáticas o MVO e Juizados Especiais Criminais. Dessa forma serão realizados dois cursos visando atender a meta o CNJ.

Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação das iniciativas estratégicas que possuem impacto direto no cumprimento da meta.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação	Ponto de Atenção
 Justiça Restaurativa	Coordenadoria da Infância e da Juventude	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Priorizar o processo nº 5538238 sobre a capacitação de Justiça Restaurativa e de Construção da Paz”.• Iniciar o processo de aquisição do curso de MVO e Juizados Especiais Criminais junto ao servidor do TJDFT



Iniciativas com Baixo Impacto

As iniciativas elencadas a seguir já foram concluídas ou possuem baixo ou nenhum impacto para o desempenho da meta. Ou seja, caso não sejam executadas o índice obtido no indicador, não sofrerá impactos negativos.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Audiências de Custódia	Presidência	Concluído
Videoconferência	Corregedoria-Geral da Justiça	Sobrestado
Justiça Terapêutica	Justiça Terapêutica	Em execução
Fortalecimento dos órgãos de execução penal	Corregedoria-Geral da Justiça	Em execução
Políticas de Proteção à Mulher e a Infância e Juventude	Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, de Execução Penal e da Infância e da Juventude	Em execução



**Meta
12**

Executar 100% do plano permanente de capacitação elaborado para a área fim.


Responsável da Meta: Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Goiás – EJUG

<p>Expectativa de Cumprimento até dezembro de 2016</p>	<p>Análise de Desempenho</p> <p>Esta meta requer atenção, haja vista que é necessário definir estratégias para a execução das horas de capacitação previstas para a área fim, para que a meta seja cumprida.</p> <p>Até dezembro de 2015 as ações de capacitação previstas no Plano Capacitação 2015/2017 alcançaram 39,9% de cumprimento da meta proposta.</p> <p>Não foram apresentadas informações sobre o cumprimento da meta, no ano de 2016.</p>
<p>Baixa</p>	<p>Pontos Críticos</p>
<p>1. Falta de informações sobre a execução do Plano de Capacitação 2015-2017.</p>	
<p>Ações Necessárias</p> <p>1. <u>EJUG</u> - Nomear servidor que fará o papel de Assessor Setorial de Planejamento para informar os dados da meta, conforme solicitado no Ofício nº 30/2016/SGE em 09 de março de 2016;</p> <p>2. <u>EJUG</u> - Prestar as informações solicitadas nos Ofícios nº 104/2016-SGE em 03/05/2016 e Ofício nº123/2016-SGE em 20/05/2016.</p>	



Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação das iniciativas estratégicas que possuem impacto direto no cumprimento da meta.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação	Ponto de Atenção
 Plano de Capacitação 2015/2017	Escola Judicial	Em execução	<ul style="list-style-type: none">Definir estratégia de execução das capacitações previstas no Plano de Capacitação 2015-2017.Prestar informações sobre a execução do Plano de Capacitação.

Iniciativas com Baixo Impacto

As iniciativas elencadas a seguir possuem baixo ou nenhum impacto na meta. Ou seja, caso não sejam executadas ou já estejam como concluídas ou ação continuada, o índice obtido no indicador não sofrerá impactos negativos.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Escola Judicial	Presidência	Concluído
Implantar Política de RH	Diretoria de Recursos Humanos	Em execução



**Meta
13**

Conseguir 75% de adesão de magistrados e servidores ao programa de exames periódicos de saúde.

Responsável da Meta: Centro de Saúde / Junta Médica

<p>0,0% 0,0% 75,0%</p> <p>Crítica Razoável Ideal</p>	<p>Análise de Desempenho</p> <p>O Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 207/2015, instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário. Antecipando-se a esta normativa essa meta foi prevista no Plano de Gestão 2015-2017 e está alinhada a referida Resolução.</p> <p>O índice da meta permanece ainda em 0%, aguardando as ações que serão executadas pelo Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde instituído pelo Decreto Judiciário 529/2016.</p>
<p>Expectativa de Cumprimento até dezembro de 2016</p>	
<p>Baixa</p>	
<p>Pontos Críticos</p>	
<p>1. Estratégia para a realização dos exames periódicos.</p>	
<p>Ações Necessárias</p>	
<p>1. <u>Presidência</u> - Normatizar por meio de Resolução da Corte Especial a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário goiano;</p> <p>2. <u>Presidência, Diretoria-Geral, Centro de Saúde e Junta Médica</u> - Elaborar proposta de contratação de assistência direta e indireta mediante convênio ou contrato para magistrados, servidores, dependentes e pensionistas contendo minuta de resolução de instituição de plano de saúde, termo de</p>	




referência para contratação de Plano de Saúde e dos serviços de Medicina Ocupacional, incluindo exames laboratoriais e demais necessários exigidos quando da realização da consulta periódica com o Médico do Trabalho;

3. Centro de Saúde - Revisar da minuta de Resolução para instituição do SESMT, a fim de alinhar com os requisitos da Resolução nº 207/2015;
4. Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde - Buscar alternativa para identificação da realização de exames periódicos, por iniciativa própria de magistrados e servidores;
5. Comissão Permanente de Licitação – Elaborar edital em relação ao sistema informatizado para acompanhamento das informações sobre a saúde de magistrados e servidores.

Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação das iniciativas estratégicas que possuem impacto direto no cumprimento da meta.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação	Ponto de Atenção
 Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores	Centro Médico	Em execução	Normatizar por meio de Resolução da Corte Especial a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário goiano.

Iniciativas com Baixo Impacto

A iniciativa elencada possui baixo impacto no cumprimento da meta.

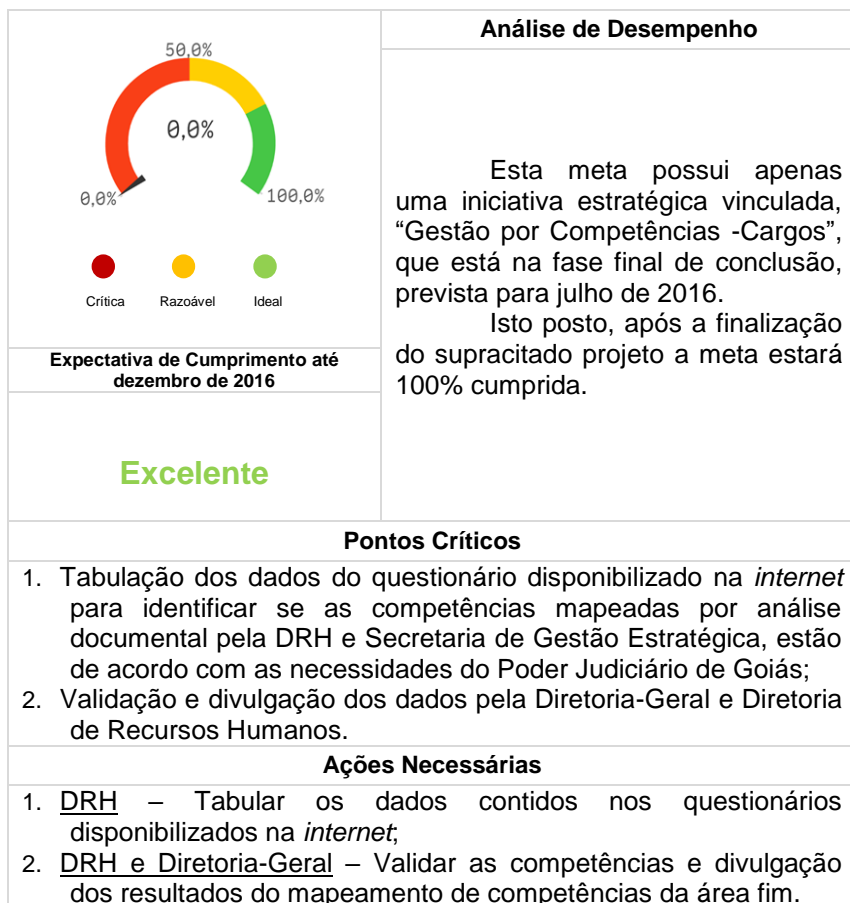
Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Justipaz	Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental	Ação continuada



Meta
14

Mapear 100% das competências dos cargos relacionados com as atividades finalísticas do poder judiciário.


Responsável da Meta: Diretoria de Recursos Humanos





Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação das iniciativas estratégicas que possuem impacto direto no cumprimento da meta.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação	Ponto de Atenção
 Gestão por Competências (Cargos)	Diretoria de Recursos Humanos	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Tabulação dos dados do questionário• Validação das competências para publicação por parte da Diretoria de Recursos Humanos e Diretoria-Geral.



**Meta
15**

Mapear 75% das competências pessoais dos servidores relacionados com as atividades finalísticas do 1º grau.

Responsável da Meta: Diretoria de Recursos Humanos

Análise de Desempenho	
<p>Expectativa de Cumprimento até dezembro de 2016</p> <p>Média</p>	<p>Esta meta possui dependência de conclusão das atividades vinculadas a Meta 14, para que as ações da iniciativa estratégica “Gestão por Competências (Pessoais)” possam ser iniciadas.</p> <p>Um dos pontos críticos desta meta é desenvolver mecanismos de sensibilização dos servidores, visando a divulgação da importância do correto preenchimento deste processo de mapeamento de competências. Este trabalho subsidiará o diagnóstico do que se espera dos gestores e dos servidores para que as ações de capacitação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de desempenho sejam mais eficientes e gerem resultados mais positivos, tanto para o Poder Judiciário goiano quanto para os seus magistrados e servidores.</p>
	<p>Pontos Críticos</p> <ol style="list-style-type: none">1. Elaboração e disponibilização do questionário para mapeamento das competências pessoais;2. Tabulação dos dados;3. Sensibilização dos servidores para aderirem ao preenchimento do questionário.




Ações Necessárias

1. DRH e SGE – Desenvolver o questionário para mapeamento das competências pessoais;
2. DRH – Tabular os dados contidos nos questionários disponibilizados na *internet*;
3. DRH e Diretoria-Geral – Validar as competências e divulgação dos resultados do mapeamento de competências da área fim.
4. DRH – Promover campanhas, lançar notícias, enviar e-mail *marketing* e visitar as Comarcas Polos a fim de promover a divulgação da importância do correto preenchimento deste processo de mapeamento de competências.

Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação das iniciativas estratégicas que possuem impacto direto no cumprimento da meta.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação	Ponto de Atenção
 Gestão por Competências (Pessoais)	Diretoria de Recursos Humanos	Em execução	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar questionário;• Sensibilização dos servidores;

Iniciativas com Baixo Impacto

As iniciativas elencadas a seguir possuem baixo ou nenhum impacto na meta. Ou seja, caso não sejam executadas ou já estejam como concluídas ou ação continuada, o índice obtido no indicador não sofrerá impactos negativos.

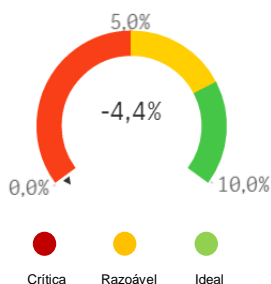
Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Sistema de Gestão Judiciária	Secretaria de Gestão Estratégica	A iniciar



**Meta
16**

Reduzir em 10% o consumo global dos insumos utilizados.

Responsável da Meta: Diretoria Administrativa



**Expectativa de Cumprimento
até dezembro de 2016**

Baixa

Análise de Desempenho

Esta meta encontra-se em situação crítica, e no atual cenário com poucas perspectivas de melhoria, tendo em vista a dificuldade de execução das ações propostas no projeto Piloto da Comarca de Hidrolândia. Além disso, não foram estabelecidas ações efetivas de grande impacto na redução do consumo de água, energia, papel, telefone e combustível.

Os itens que tiveram aumento quando comparados ao consumo acumulado de 2016 com o período equivalente ao ano de 2014 (linha de base) foram: energia elétrica (18%), telefonia (21,2%) e combustível um discreto aumento de 1,4%.

Em relação ao consumo dos demais itens, observou-se uma grande redução no consumo de papel de 12,2% e uma discreta redução de água, girando em torno de 2,8%.

Nesse sentido, faz-se necessário a definição de ações que impactarão diretamente na redução do consumo, principalmente, dos itens que obtiveram aumento (energia elétrica, telefonia e combustível).



Pontos Críticos

1. Projeto Piloto da Comarca de Hidrolândia;
2. Não foram estabelecidas ações que impactarão diretamente na redução do consumo de água, energia, papel, telefone e combustível;
3. A descentralização das informações e o desconhecimento do custo por unidade do Poder Judiciário.



Ações Necessárias

1. Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental – Elaborar relatório de desempenho das ações realizadas no Projeto Piloto da Comarca de Hidrolândia;
2. Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental e Comitê Gestor do PLS – Definir quais ações deveram ser executadas que trarão efetividade na redução do consumo;
3. Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental – Informar as ações tomadas com as demais áreas da Secretaria do TJGO, para a implantação dos pontos previstos no PLS para a efetiva redução do consumo;
4. Diretoria de Gestão da Informação - Desenvolver e implantar sistema informatizado para acompanhamento dos custos por unidade;
 - a) SGE - Solicitar a Diretoria-Geral a disponibilização de informações detalhadas, para a composição do custo de cada unidade do Poder Judiciário. Sugere-se neste primeiro momento que os custos a serem acompanhados sejam os previstos pela Resolução nº201/2015 do CNJ.

Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação das iniciativas estratégicas que possuem impacto direto no cumprimento da meta.



Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação	Ponto de Atenção
 Implantar ações de redução de consumo de água, energia, papel, telefone e gastos com a frota	Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental	Em execução	Desenvolver ações de redução de consumo dos itens: água, energia, papel, telefone e gastos com a frota
 Sistema de Controle de Custos	Diretoria Administrativa	A iniciar	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria de Gestão Estratégica disponibilizar sistema informatizado para o acompanhamento dos custos.• Diretoria-geral disponibilizar as informações detalhadas por Comarca.

Iniciativas com Baixo Impacto

As iniciativas elencadas a seguir já foram concluídas ou possuem baixo ou nenhum impacto para o desempenho da meta. Ou seja, caso não sejam executadas o índice obtido no indicador, não sofrerá impactos negativos.

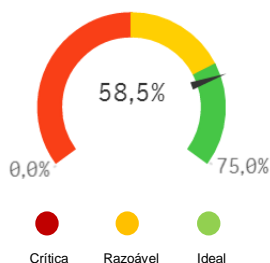
Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Plano de aquisição e distribuição de produtos e serviços	Diretoria Administrativa	Em execução



**Meta
17**

Alcançar no mínimo 75% de desempenho da estratégia proposta no plano de gestão 2015-2017.

Responsável da Meta: Secretaria de Gestão Estratégica



**Expectativa de Cumprimento
até dezembro de 2016**

Alta

Análise de Desempenho

Uma vez elaborado o Plano de Gestão, inicia-se a execução das metas e o monitoramento de seus desempenhos. Para traçar um parâmetro aceitável e balizador de execução do plano, definiu-se esta meta, que tem por finalidade alcançar 75% do desempenho da estratégia proposta no Plano de Gestão 2015-2017. Este índice foi fixado por considerar os riscos oriundos do processo de planejamento, que envolvem fatores externos e internos do Poder Judiciário goiano.

Até dezembro de 2015 esta meta atingiu 49,2% de desempenho. Passados mais quatro meses de execução da estratégia o índice alcançou um patamar de 58,5%, um aumento de 9,3 pontos percentuais. Apesar da meta estar em um nível ideal, as metas do Plano de Gestão 2015-2017 que estão com situação crítica e razoável requerem atenção, para que as ações sejam desempenhadas visando a alavancagem das referidas metas e o consequente cumprimento dos 75% propostos.



Pontos Críticos
1. Atenção as metas do Plano de Gestão 2015-2017 que estão com situação crítica e razoável.
Ações Necessárias
1. <u>Áreas da Secretaria do TJGO</u> - Priorizar as ações necessárias em cada uma das metas que estão com a situação crítica e razoável; 2. <u>SGE</u> – Iniciar o programa de capacitação dos assessores setores de planejamento, previsto para o ano de 2016. 3. <u>SGE</u> – Encaminhar e acompanhar as deliberações advindas dos resultados das RAEs.

Iniciativas com Alto Impacto

Nenhuma iniciativa estratégica foi considerada de alto impacto para esta meta, tendo em vista que se refere a uma meta balizadora de execução do plano de gestão.

Iniciativas com Baixo Impacto

As iniciativas elencadas a seguir possuem baixo ou nenhum impacto na meta. Ou seja, caso não sejam executadas ou já estejam como concluídas ou ação continuada, o índice obtido no indicador não sofrerá impactos negativos.

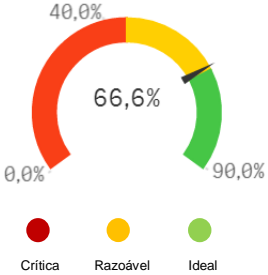
Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Efetivação dos Escritórios de Planejamento, Projetos e Processos	Diretoria de Planejamento	Em execução
Estratégia em Ação	Diretoria de Planejamento	Em execução
Conexão Estratégica	Diretoria de Planejamento	Em execução



**Meta
18**

Executar 90% do orçamento estratégico alinhado às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

Responsável da Meta: Diretoria-Geral

 <p>0,0% 40,0% 66,6% 90,0%</p> <p>Crítica Razoável Ideal</p>	<p>Análise de Desempenho</p> <p>A Resolução nº 195/2014 do CNJ dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus, considerando-se a média de processos distribuídos (casos novos) o acervo de processos pendentes (casos pendentes), alinhamento ao plano estratégico e ao plano plurianual, as previsões do plano estratégico de TIC e as prioridades estabelecidas no plano de obras.</p> <p>Em 2015 foi alcançado o índice de 75,1% de cumprimento desta meta. Com a medição acumulada com 2016 temos o índice da meta em 66,6%, espera-se uma execução ainda maior do orçamento estratégico com a realização de licitações de maior vulto monetário, que contemplarão o Plano de Comunicação e execução do Plano e Capacitação.</p>
<p>Expectativa de Cumprimento até dezembro de 2016</p> <p>Alta</p>	
<p>Pontos Críticos</p> <ol style="list-style-type: none">1. Utilização adequada do Sistema PROAD para classificação dos processos de aquisição;2. Definir metodologia para a elaboração do orçamento participativo de 2017 conforme dispõe a Resolução nº 195/2014.	



Ações Necessárias

1. SGE - Acompanhar a execução do orçamento estratégico;
2. Diretoria Financeira - Cadastrar no Sistema Financeiro Orçamentário – SOF as iniciativas estratégicas para que seja feita a vinculação com os processos de aquisição, informada pela área requisitante;
3. Presidência e Diretoria-Geral - Aprovar proposta para a elaboração do orçamento participativo;
4. Diretoria Financeira e SGE
 - a) Elaborar questionário no Google Docs para oportunizar a participação de todos no processo de elaboração do orçamento;
 - b) Elaborar e enviar para a SEGPLAN orçamento participativo para compor a LOA 2017.

Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação das iniciativas estratégicas que possuem impacto direto no cumprimento da meta.

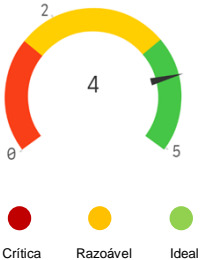
Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Controle do Orçamento Estratégico	Diretoria Financeira	Em execução
Critérios para distribuição e priorização do orçamento entre 1º e 2º Graus – Resolução nº 195/2014 do CNJ	Diretoria Financeira	Em execução



**Meta
19**

Promover cinco ações com a finalidade de melhorar a acessibilidade às informações do poder judiciário goiano.

Responsável da Meta: Centro de Comunicação Social


 <p>Crítica Razoável Ideal</p>	Análise de Desempenho
Expectativa de Cumprimento até dezembro de 2016	<p>Já foram contabilizadas para esta meta as ações: 1) Boletim Estratégico publicado a cada três meses, tendo o público interno como alvo; 2) Ponto Informativo publicado a cada mês, tendo o público interno e externo como alvo; 3) Fomento as redes sociais do Poder Judiciário goiano; e 4) Hastas Públicas da Corregedoria-Geral de Justiça.</p>
Alta	<p>Para o cumprimento desta meta, resta a conclusão de mais uma ação dentre as iniciativas apresentadas que estão com situação em execução.</p> <p>O resultado da meta requer atenção em função, principalmente, da burocracia dos processos administrativos no que tange às licitações.</p>
Pontos Críticos	
<ol style="list-style-type: none">1. Licitações do Plano de Comunicação do Poder Judiciário goiano;2. Reformulação do site do TJGO;3. Publicação do primeiro Boletim Estatístico do Poder Judiciário;4. Melhorias no Ponto Informativo.	
Ações Necessárias	
<ol style="list-style-type: none">1. <u>Centro de Comunicação Social</u> - Acompanhar a situação das licitações referentes ao projeto do Plano de Comunicação Institucional do Poder Judiciário;	



2. Diretoria de Informática - Disponibilizar profissional para executar as atividades de reformulação do site do TJGO;
3. Diretoria de Gestão da Informação - Estabelecer o Boletim Estatístico do Poder Judiciário, alinhado com os resultados obtido na Meta 7, do Plano de Gestão;
4. Centro de Comunicação Social - Reformular e tornar acessível o Ponto Informativo.

Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação das iniciativas estratégicas que possuem impacto direto no cumprimento da meta.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação	Ponto de Atenção
 Plano de Comunicação Institucional do Poder Judiciário	Centro de Comunicação Social	Em execução	Atenção para a realização das licitações em tempo hábil.
Mapa Estatístico do Poder Judiciário	Secretaria de Gestão Estratégica	A iniciar	Elaborar projeto.
Boletim Estatístico do Poder Judiciário	Diretoria de Gestão da Informação	Em execução	Lançar primeira publicação do Boletim.

Iniciativas com Baixo Impacto

A iniciativa elencada foi cancelada, a pedido da área responsável.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Audiências Públicas da Ouvidoria	Ouvidoria-Geral da Justiça	Cancelado



**Meta
20**

Elaborar o PETIC - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado à estratégia do TJGO 2015-2020 e alcançar desempenho mínimo de 75% das metas previstas para o biênio 2015-2017.

Responsável da Meta: Secretaria de Gestão Estratégica / Diretoria-Geral

<p>0,0% 20,6% 75,0%</p> <p>Crítica Razoável Ideal</p>	<p>Análise de Desempenho</p> <p>O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação 2015-2020 foi aprovado na Corte Especial no dia 30/03/2016. Ele contempla 10 (dez) objetivos estratégicos, 11 (onze) indicadores de desempenho de longo prazo e 12 (doze) metas de curto prazo que compõem o Plano de Gestão de TIC 2016.</p> <p>Observa-se que várias das metas previstas possuem boas perspectivas de alcance, no entanto há metas que demandarão esforços de tempo e por este motivo as ações devem ser iniciadas o mais breve possível.</p>
<p>Expectativa de Cumprimento até dezembro de 2016</p> <p>Alta</p>	<p>Pontos Críticos</p> <ol style="list-style-type: none">1. Execução das iniciativas estratégicas vinculadas ao Plano de Gestão 2015-2017;2. Priorizar iniciativas estratégicas previstas e entender que não são atividades adicionais. <p>Ações Necessárias</p> <ol style="list-style-type: none">1. <u>Áreas responsáveis por metas do PETIC 2015-2020</u> – Alimentar o sistema de indicadores do Plano de Gestão de TIC até o dia 12 de cada mês, informando sobre a execução



das metas;

2. SGE - Realizar o acompanhamento dos indicadores do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação 2015-2020 e Plano de Gestão de TIC 2016, referente a abril e maio de 2016;
3. Áreas da Secretaria do TJGO e CGJ-GO – Alocar esforços para a execução das iniciativas estratégica vinculadas ao Plano de Gestão de TIC.

Iniciativas com Alto Impacto

A seguir apresenta-se a situação das iniciativas estratégicas que possuem impacto direto no cumprimento da meta.

Iniciativa Estratégica	Área Responsável	Situação
Elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - PETIC	Diretoria de Informática	Concluído
Quadro Permanente de Servidores de TIC – Resolução do CNJ nº 211/2015	Diretoria de Recursos Humanos	A iniciar



5. Metas Nacionais - 2016

Os presidentes ou representantes dos tribunais do país, reunidos em Brasília/DF, nos dias 24 e 25 de novembro de 2015, durante o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram as Metas Nacionais, Metas Específicas para o Judiciário brasileiro alcançar em 2016.

Isto posto, segue as metas e o desempenho referente ao mês de abril de 2016 do Tribunal de Justiça de Goiás até o momento.

Meta 1 – Julgar a quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Índice Obtido: 91,31%

Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2016, **1º grau:** 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012.

Índice Obtido: 94,74%

Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2016, **2º grau:** 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

Índice Obtido: 112,32%

Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2016, **Juizados Especiais e Turmas Recursais Estaduais:** 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

Índice Obtido: 91,48%



Meta 3 – Aumentar o número de casos resolvidos por conciliação em relação ao ano anterior e aumentar o número de CEJUSCs.

Índice Obtido: Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está revisando os itens do Glossário da Meta.

Meta 4 – Identificar e julgar até 31/12/2016, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013.

Índice Obtido: 66,03%

Meta 5 – Identificar o número e a situação dos processos de execução até 31/12/2016.

Índice Obtido: Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está revisando os itens do Glossário da Meta.

Meta 6 – Julgar, até 31/12/2016, **1º grau:** 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

Índice Obtido: 45,06%

Meta 6 – Julgar, até 31/12/2016, **2º grau:** 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014.

Índice Obtido: 75,56%



Meta 7 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos

Índice Obtido: 31,3%

Meta 8 – Implementar projeto com equipe capacitada para oferecer práticas de justiça restaurativa, implantando ou qualificando pelo menos uma unidade para esse fim, até 31/12/2016.

Índice Obtido: Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está revisando os itens do Glossário da Meta.



6. Considerações Finais

Os relatórios de execução da estratégia dos Planos Estratégico 2015/2020 e de Gestão 2015/2017 do Poder Judiciário goiano são elaborados quadrimestralmente, em consonância com a Resolução nº 29/2015 do TJGO, de forma a municiar o nível estratégico da Administração para a tomada de decisão, principalmente no que tange a adoção de medidas corretivas em relação à estratégia proposta.

Vale ressaltar que inicialmente os indicadores de desempenho de longo prazo, pertinentes aos objetivos estratégicos não apresentarão mensurações relevantes, em função do curto espaço de tempo avaliado. Entretanto, estima-se que esses indicadores sofrerão alterações significativas à medida em que as metas forem concluídas.

Após os quatro primeiros meses de execução da estratégia, foi realizada a 1ª Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE) contemplando o 1º quadrimestre (abril a julho de 2015). O desempenho das vinte metas foi apresentado nesta primeira avaliação, sendo: 3 metas em situação ideal, 3 metas em situação razoável e 14 metas em situação crítica.

A 2ª avaliação de desempenho (agosto a dezembro de 2015), obtivemos 6 metas em situação ideal, 5 em situação razoável e 9 em situação crítica.

Por fim, a 3ª RAE apresenta 8 metas em situação ideal, 4 em situação razoável e 8 metas em situação crítica, o que culminou



em um desempenho de 58,5% da meta 17 - Alcançar no mínimo 75% de desempenho da estratégia proposta no Plano de Gestão 2015-2017. Nota-se que houve um aumento de 9,3 pontos percentuais, em relação ao desempenho obtido na 2ª RAE. Apesar da meta 17 estar em um nível ideal, as metas do Plano de Gestão 2015-2017 que estão com situação crítica e razoável requerem atenção, para que as ações sejam desempenhadas visando a alavancagem das referidas metas e o consequente cumprimento dos 75% propostos.

Para maiores esclarecimentos, a Secretaria de Gestão Estratégica coloca-se inteiramente à disposição para detalhar quaisquer informações que se façam necessárias, no intuito de dar cumprimento à missão e a visão deste Poder.

Realização

